



Comunicado de Imprensa nº 15/580 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
18 de dezembro de 2015

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, D. C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a quinta avaliação do acordo PSI com Moçambique, aprova um acordo SCF de USD 282,9 milhões e conclui a consulta ao abrigo do Artigo IV referente a 2015**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 18 de dezembro de 2015, a quinta avaliação do desempenho económico de Moçambique ao abrigo do programa apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla em inglês).<sup>1</sup>

Ao concluir a avaliação, o Conselho de Administração aprovou o pedido das autoridades de dispensa e modificação de três critérios de avaliação relativos ao fim de dezembro de 2015 para ter em conta a evolução da conjuntura e a revisão das projeções microeconómicas.

O Conselho aprovou também o pedido de Moçambique de um acordo no montante de DSE 204,5 milhões (cerca de USD 282,9 milhões) ao abrigo da Facilidade de Crédito Stand-By (SCF, na sigla em inglês) em complemento ao PSI para incrementar as reservas e manter a estabilidade macroeconómica. O primeiro desembolso, no montante de DSE 85,2 milhões (cerca de USD 117,9 milhões), estará disponível imediatamente. O objetivo do acordo SCF é aliviar o impacto de choques externos sobre a balança de pagamentos e, por intermédio do reforço da estabilidade macroeconómica, alcançar as metas do governo em matéria de redução da pobreza e crescimento inclusivo.

O Conselho de Administração aprovou o acordo PSI de Moçambique em 24 de junho de 2013 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 13/231](#)).

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. Min Zhu, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, fez o seguinte pronunciamento:

---

<sup>1</sup> O PSI é um instrumento do FMI concebido para países que não necessitam de apoio financeiro à balança de pagamentos. O PSI ajuda os países a elaborar programas económicos eficazes que, uma vez aprovados pelo Conselho de Administração do FMI, são acolhidos por doadores, bancos multilaterais de desenvolvimento e mercados como um sinal de que o Fundo endossa as políticas do país membro (ver <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/psi.htm>). Mais pormenores sobre o programa PSI de Moçambique podem ser consultados em <http://www.imf.org/mozambique>.

“A despeito dos desafios, o crescimento económico de Moçambique permanece robusto e a inflação continua baixa. Contudo, a descida dos preços das matérias-primas e a redução na entrada de divisas produziram um défice temporário na balança de pagamentos. As autoridades aplicaram medidas judiciosas de políticas para preservar a estabilidade macroeconómica. A manutenção de políticas prudentes no âmbito do acordo SCF será essencial para garantir a sustentabilidade da dívida, proteger contra choques externos e promover o crescimento vigoroso e inclusivo.

“As medidas corretivas iniciais tomadas pelas autoridades, nomeadamente a redução do défice orçamental em 2016 e o aperto da orientação da política monetária em 2015, bem como a reforma do mercado cambial, devem ajudar a estabilizar a economia. A execução rigorosa do orçamento, o reforço da gestão do IVA, a monitoria estrita dos riscos fiscais e a manutenção da flexibilidade cambial serão fundamentais para restaurar a estabilidade macroeconómica. O banco central deve estar pronto para tornar as condições de liquidez ainda mais restritivas, se necessário. Deve-se dar prioridade ao plano de ação para melhorar a rentabilidade da EMATUM – Empresa Moçambicana de Atum, a fim de reduzir o risco que esta representa para o orçamento do Estado.

“Foram feitos progressos significativos nas reformas estruturais. Para que o crescimento vigoroso de Moçambique se torne mais inclusivo e de bases mais alargadas, a agenda de reformas terá de concentrar-se na melhoria da gestão financeira pública, nomeadamente no que respeita aos controlos sobre o orçamento e à transparência fiscal, e no desenvolvimento do quadro institucional e das capacidades para a gestão da riqueza em recursos naturais. Deve-se também dar prioridade à reforma do sector energético, à melhoria do acesso aos serviços financeiros e ao fortalecimento do ambiente de negócios. Será também fundamental contar com uma estratégia sólida de gestão da dívida para abordar os desafios dos consideráveis défices infraestruturais numa altura em que as vulnerabilidades em relação à dívida estão a aumentar.”

O Conselho de Administração concluiu também a consulta de 2015 com Moçambique ao abrigo do Artigo IV.

Não obstante a descida dos preços das matérias-primas e uma conjuntura mundial enfraquecida, as perspetivas económicas de Moçambique permanecem positivas, em vista dos investimentos maciços planeados no sector de recursos naturais. Embora o PIB tenha crescido 7%, em média, nos últimos cinco anos, o rendimento per capita (USD 624 em 2014) e o índice de desenvolvimento humano (178ª posição entre 187 países) do país continuam baixos. É preciso prosseguir na aplicação de políticas que apoiem a sustentabilidade orçamental, o investimento em infraestruturas e o crescimento inclusivo.

As perspetivas económicas de Moçambique continuam robustas. Prevê-se um crescimento de 6,3% em 2015 e 6,5% em 2016, ainda abaixo do potencial, sobretudo em razão da estagnação no sector mineiro e do aperto substancial das políticas orçamental e monetária.

A médio prazo, projeta-se a recuperação do crescimento para 7,5–8%, suportada pelos investimentos maciços em projetos de gás natural e pelo aumento da produção de carvão, caso possam ser concluídos os acordos chave para o desenvolvimento dos sectores de carvão e gás. Prevê-se a subida da inflação para níveis próximos à meta do BM a médio prazo, de 5–6%, devido à depreciação recente do metical e aos ajustamentos dos preços administrados.

As pressões sobre a balança de pagamentos estão a aumentar e a taxa de câmbio sofreu uma forte depreciação. Embora o saldo global da balança corrente esteja a melhorar em vista do declínio dos investimentos em megaprojetos, que são intensivos em importações (com o final da fase de prospeção de gás), o saldo da balança corrente não relacionada aos megaprojetos continuou a piorar, agravando as pressões no mercado cambial. Tais pressões começaram a ser sentidas no final de 2014 e início de 2015, abrandaram entre abril e julho e ressurgiram desde então. O défice da balança corrente não relacionada aos megaprojetos é o principal fator por detrás dessas pressões no mercado cambial interno. Entre julho de 2014 e junho de 2015, o défice cresceu USD 1,7 mil milhões em comparação aos 12 meses anteriores. Esta deterioração foi causada pela descida dos preços das matérias-primas e a redução do IDE e da ajuda financeira externa, enquanto as importações mantiveram o dinamismo graças à forte procura interna alimentada pelas políticas orçamentais e monetárias expansionistas. A depreciação do metical não teve, até à altura, um impacto perceptível na procura de importações.

O novo governo prosseguiu na consolidação orçamental acordada nos termos do programa PSI. Após algumas derrapagens orçamentais em 2014 ligadas às eleições, o orçamento de 2015 começou a colocar as finanças públicas numa trajetória mais sustentável, através da redução da despesa pública em cerca de 1,5% do PIB (excluindo fatores pontuais em 2014). O principal objetivo da política orçamental em 2016 será garantir a sustentabilidade da dívida e contribuir para o ajustamento externo necessário.

### **Avaliação do Conselho de Administração<sup>2</sup>**

Os Administradores referiram que, embora o crescimento económico de Moçambique permaneça robusto, a descida dos preços das matérias-primas e o declínio do investimento direto estrangeiro e do apoio dos doadores tiveram um impacto negativo sobre a economia e produziram um défice temporário na balança de pagamentos. Louvaram as medidas tomadas pelas autoridades para preservar a estabilidade macroeconómica e concordaram que a manutenção do forte compromisso com políticas prudentes e com reformas estruturais de

---

<sup>2</sup> Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:  
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

fundo no âmbito do programa apoiado pelo FMI é essencial para reduzir as vulnerabilidades e fomentar o crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores apoiaram a orientação mais restritiva da política monetária e incentivaram as autoridades a tomar novas medidas, conforme necessário, para conter as pressões inflacionistas e melhorar as condições no mercado cambial. A manutenção da flexibilidade cambial ajudará a salvaguardar as reservas internacionais e absorver o impacto dos choques externos. Os Administradores apoiaram ainda os esforços para fortalecer o sector financeiro e incentivaram as autoridades a aplicar de forma cabal a sua Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, de modo a facilitar o acesso das pequenas e médias empresas aos serviços financeiros.

Os Administradores elogiaram a decisão das autoridades de reduzir consideravelmente o endividamento externo em vista do agravamento dos riscos de sobre-endividamento. Para o futuro, recomenda-se rigor na execução do orçamento por meio do reforço da gestão do IVA, controlo da expansão da massa salarial e monitoria estreita dos riscos fiscais, sobretudo os que decorrem das garantias do Estado e das operações das empresas públicas. Os Administradores vincaram a necessidade urgente de formular um plano de ação para melhorar a rendibilidade da EMATUM.

Os Administradores louvaram os progressos nas reformas estruturais, inclusivamente a legislação das minas e hidrocarbonetos, que deve facilitar novos investimentos nos grandes projetos de gás natural. Incentivaram a ênfase renovada no aperfeiçoamento dos controlos orçamentais e na transparência fiscal, bem como o desenvolvimento do quadro institucional e das capacidades para a gestão da riqueza em recursos naturais. Acolheram positivamente os ajustamentos recentes nas tarifas de eletricidade e aconselharam as autoridades a acelerar a reforma dos subsídios aos combustíveis, mantendo a proteção aos segmentos mais vulneráveis da população.

Os Administradores salientaram que promover a inclusão financeira e melhorar o ambiente de negócios contribuiriam para tornar o crescimento robusto de Moçambique mais inclusivo e de bases alargadas. Instaram pela maior ênfase no uso eficaz dos recursos públicos, transparência na análise e priorização dos projetos de investimento e vigor na estratégia de gestão da dívida, tendo em vista os défices infraestruturais significativos e o aumento das vulnerabilidades em relação à dívida.